



ACÓRDÃO Nº 278/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1632/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Unidade Gestora do Projeto COPA.
- 4- **Advogados:** Não Possui
- 5- **Exercício:** 2014.
- 6- **Responsáveis:** Srs. Miguel Capobiango Neto, Antônio Evandro Melo de Oliveira e Eraldo Boechat Leal, Coordenadores e Ordenadores de Despesas, no exercício financeiro
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 139/2018-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.739/740).
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Unidade Gestora do Projeto COPA. Exercício de 2014.

*Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo.
Notificação. Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular com Ressalvas**, a Prestação de Contas do **Sr. Miguel Capobiango Neto, Antonio Evandro Melo de Oliveira e Eraldo Boechat Leal**, responsáveis pela Unidade Gestora da Copa – UGP/COPA, referente ao exercício financeiro de 2014, conforme o art. 22, inciso II, da Lei n.º 2.423/96- LO/TCE);
- 10.2- **Aplicar multa** ao **Sr. Antonio Evandro Melo de Oliveira** no **valor de R\$ 2.200,00**, com fulcro no artigo 308, I, "a", da Resolução nº 04/2002 TCE/AM c/c art. 54, IV, da Lei nº 2.423/96, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, pelas improbidades apontadas neste Relatório/Voto. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias** com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art.72, III, da Lei Estadual n.2.423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02-TCE/AM; **autorizando**, desde já, a instauração do Processo de Cobrança Executiva do débito, no caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;
- 10.3- **Notificar** o **Sr. Miguel Capobiango Neto, Antonio Evandro Melo de Oliveira e Eraldo Boechat Leal** com cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão para **ciência** do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso;



ACÓRDÃO Nº278/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4- Determinar à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos arts. 159 e 160 da Res. 04/2002 (RITCE), adote as providências previstas no art. 161 do Regimento Interno.

11- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 24 de Abril de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral